ESTADO DE GOIÁS

CÂMARA MUNICIPAL
DE LUZIÂNIA

APROVADO EM ÚNICA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO
POR UNAN. DE VOTOS (— X —)
CÂMARA MUNICIPAL EM 04-12-97
PRESIDENTE:
1° SECRET.
2° SECRET.

Projeto de Emenda à Lei Orgânica nº de 04 de dezembro de 1997.

"Modifica os artigos 6º; 8º; 10; 11; § 3º do art. 12; Parágrafo Único do art. 14; incisos V, XI, XVII e XXV do art. 21; 23; 25; inciso XV letra C do art. 27; inciso IV do art. 42; incisos V e XX do art. 43; § 1º do art. 45; § 1º do art. 47; inciso VIII do art. 50; inciso I do art. 51; parágrafo único do art. 55; 117 e § 3º do art. 161".

A CÂMARA MUNICIPAL DE LUZIÂNIA, Estado de Goiás, no uso de suas atribuições legais, aprova a seguinte EMENDA:

Art. 1º - Os artigos *6º; 8º; 10; 11; § 3º do art. 12; Parágrafo Único do art. 14; incisos V, XI, XVII e XXV do art. 21; 23; 25; inciso XV letra C do art. 27; inciso IV do art. 42; incisos V e XX do art. 43; § 1º do art. 45; § 1º do art. 47; inciso VIII do art. 50; inciso I do art. 51; Parágrafo Único do art. 55; 117 e § 3º do art. 161,* da Lei Orgânica Municipal passarão a ter as seguintes redações:

PROTOCOLO Nº 297
EM 04 / 12 / 97
Assinatura

*"**Art. 6º** - O território do Município poderá ser dividido, para fins administrativos, em Distritos cujas circunscrições urbanas classificar-se-ão em cidades, vilas, regiões administrativas e núcleos habitacionais".*

*"**Art. 8º** - São requisitos para a Criação de Distritos:*
***I** – 1000 (mil) edificações, no mínimo, na sede indicada;*
***II** – População no território distrital superior a 5000 (cinco mil) habitantes."*

*"**Art. 10** - A Lei Municipal determinará a forma de representação dos distritos junto à administração do Município".*

APROVADO EM PRIMEIRA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO
UNAN. DE VOTOS (— X —)
CÂMARA MUNICIPAL EM 04-12-97
PRESIDENTE:
1° SECRET.
2° SECRET.

APROVADO EM SEGUNDA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO
POR UNAN. DE VOTOS (— X —)
CÂMARA MUNICIPAL EM 16.12.97
PRESIDENTE:
1° SECRET.
2° SECRET.

*"**Art. 11** – O distrito será instalado em data marcada pelo Prefeito, em solenidade por este presidida".*

*"**Art. 12** - .....*
***I** -.....*
***II** -.....*
***§ 1º** - .....*
***§ 2º** - .....*
***§ 3º** - É assegurada ao Município, nos termos da Lei, a participação no resultado da exploração de recursos hídricos para quaisquer fins, recursos minerais, ou de eventual zona econômica existente no seu território ou compensação financeira por esta exploração".*

*"**Art. 14** - .....*
***Parágrafo Único** – Quando imóveis ou móveis, dependerá de autorização legislativa e concorrência pública, dispensada esta nos casos de doação ou permuta, que será permitida exclusivamente para fins assistenciais ou quando houver interesse público relevante justificado pelo Executivo".*

*"**Art. 21** - .....*
***I** -.....*
***II** - .....*
***III** - .....*
***IV** - .....*
***V** – Organizar e prestar, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, os serviços públicos de interesse local, incluindo o de transporte coletivo, escolar, que terão caráter essenciais, conceder licença à exploração de serviços de táxi, fixar as respectivas tarifas e locais de estacionamento;*
***VI** - .....*
***VII** - .....*
***VIII** - .....*
***IX** - .....*

X - .....

XI – *"Aplicar anualmente no mínimo 25% (vinte e cinco por cento) da receita resultante de impostos arrecadados e as provenientes de transferências, na manutenção e no desenvolvimento do ensino".*

XII - .....

XIII - .....

XIV - .....

XV - .....

XVI - .....

XVII – *"Revogar ou cancelar os contratos, os convênios, as autorizações, as permissões ou licenças, nos seguintes casos:*

a) - .....

b) - .....

c) - .....

XVIII - .....

XIX - .....

XX - .....

XXI - .....

XXII - .....

XXIII - .....

XXIV - .....

XXV – *"Dispor sobre o serviço funerário e cemitérios, administrando aqueles que forem de ordem pública e fiscalizando os demais;"*

XXVI - .....

XXVII - .....

XXVIII - .....

XXIX - .....

XXX - .....

XXXI - .....

XXXII - .....

XXXIII - .....

XXXIV - .....

XXXV - .....

XXXVI - .....

XXXVII - .....

XXXVIII - .....

XXXIX - .....

XL - .....

XLI - .....

"Art. 23 *– O Município deverá criar sistema de previdência social para os seus servidores ou vincular-se através de convênio, aos sistemas previdenciários do Estado, Distrito Federal e União".*

"Art. 25 *– Ao Município compete suplementar a legislação federal e a estadual no que couber e naquilo que disser respeito ao seu peculiar interesse".*

"Art. 27 - .....
I - .....
II - .....
III - .....
IV - .....
V - .....
VI - .....
VII - .....
VIII - .....
IX - .....
X - .....
XI - .....
XII - .....
XIII - .....
XIV - .....
XV - .....
a) - .....
b) - .....
c) *– Associações de moradores e produtores rurais.*

"Art. 42 - .....
I - .....
II - .....
III - .....
IV *– "Elaborar e encaminhar ao Prefeito até o dia 31 de julho, após a aprovação pelo Plenário, a proposta do orçamento da Câmara, para ser incluída na proposta geral do Município,*

prevalecendo na hipótese da não aprovação pelo Plenário, a proposta elaborada pela Mesa".
V *- .....*

*"**Art. 43** - .....*
I *- .....*
II *- .....*
III *- .....*
IV *- .....*
V *– Subvenções ou auxílios a serem concedidos pelo Município e qualquer outra forma de transferência, sendo obrigatória a prestação de contas nos termos da Constituição Federal e legislação específica;*
VI *- .....*
VII *- .....*
VIII *- .....*
IX *- .....*
X *- .....*
XI *- .....*
XII *- .....*
XIII *- .....*
XIX *- .....*
XX *– "Aprovação de condomínios e alterações de loteamentos urbanos e rurais;"*
XXI *- .....*
XXII *- .....*

*"**Art. 45** - .....*
§ 1º *- Ao Vice-Prefeito poderá ser fixada a verba de representação que não exceda a do Prefeito e à qual fará jus o servidor estadual ou municipal investido no cargo, obedecidos os princípios legais;*
§ 2º *- .....*
§ 3º *- .....*
§ 4º *- .....*

*"**Art. 47** - .....*
I *- .....*
II *- .....*
III *- .....*

IV - .....
V - .....
§ 1º - *A Comissão Representativa constituída por 5 (cinco) vereadores será presidida pelo Presidente da Câmara ou pelo Vereador nomeado por este.*
§ 2º - .....

*"**Art. 50*** - .....
I - .....
II - .....
III - .....
IV - .....
V - .....
VI - .....
VII - .....
VIII *– Quando sofrer condenação criminal por sentença transitado em julgado, nos casos de prisão privativa de liberdade por prazo superior a dois anos;*
§ 1º - .....
§ 2º - .....
§ 3º - .....

*"**Art. 51*** - .....
I *– "Por motivo de doença devidamente comprovada por laudo pericial oferecido por junta médica oficial do Município".*
II - .....
III - .....
§ 1º - .....
§ 2º - .....
§ 3º - .....
§ 4º - .....

Art. 55 - .....
Parágrafo Único *– A iniciativa popular será exercida pela apresentação, à Câmara Municipal de Projeto de Lei subscrito por no mínimo 5% (cinco por cento) dos eleitores do Município, contendo assunto de interesse*

específico da municipalidade da cidade ou de bairros".

Art. 117 *- São tributos municipais os impostos, as taxas e contribuições de melhoria, instituídos por Lei Municipal, atendidos os princípios estabelecidos na Constituição Federal e nas normas gerais do direito tributário".*

Art. 161 - .....
§ 1º - .....
§ 2º - .....
§ 3º *- O Município supervisionará a educação física, que será obrigatória nos estabelecimentos de ensino público e particular, que dele recebam auxílio.*
§ 4º - .....

Art. 2º - Esta Emenda à Lei Orgânica do Município de Luziânia – Goiás, entra em vigor na data de sua promulgação, revogando-se as disposições em contrário.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO, aos 04 dias do mês de dezembro de 1997.

JOSÉ MARIA OLIVEIRA - Presidente

NELSON D'APARECIDA MEIRELES - Vice-Presidente

AFRANIO MEIRELES - Relator

WILTER CAMPOS COELHO - Membro

LEONARDO RORIZ – Membro

Arquivo: eme-org.doc

ESTADO DE GOIÁS

CÂMARA MUNICIPAL
DE LUZIÂNIA

JUSTIFICATIVA

A Lei Magna do Município de Luziânia, que com brilhantismo foi elaborada em 1990 por nobres colegas Edís, por 7 (sete) anos vem sofrendo inúmeras emendas devido a necessidade de adaptar-se a Leis maiores e a situações diferenciadas do crescimento aviltante e desordenado do nosso município.

Estando passando atualmente a nossa Carta Magna por processo de refundição de suas emendas para publicação de nova edição, apresentamos a presente emenda que modifica alguns artigos, mas que em grande parte apenas adapta-se redações mais claras e corrige falhas de digitação ocorridas por ocasião da publicação original da referida Lei, que deixam em vários casos, palavras sem sentido e frases incompletas.

Buscando adaptar a nossa Lei maior à realidade da nossa municipalidade, apresentamos a presente emenda, para que a nova publicação da Lei Orgânica que será de grande utilidade para o andamento dos trabalhos desta Casa de Leis e todo o povo do nosso município, dentro da legalidade e em consonância com as Lei maiores que regem o nosso País.

São nossas justificativas.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO, aos 04 dias do mês de dezembro de 1997.

JOSÉ MARIA OLIVEIRA - Presidente

NELSON D'APARECIDA MEIRELES - Vice-Presidente

AFRANIO MEIRELES - Relator

WILTER CAMPOS COELHO - Membro

LEONARDO RORIZ - Membro